



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

# revistafsa

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 21, n. 6, art. 12, p. 213-230, jun. 2024

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2024.21.6.12>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



## Um Panorama da Pesquisa em Governança Pública no Brasil

### An Overview of Public Governance Research in Brazil

#### Alexandre Rabêlo Neto

Doutor em Administração pela UNIFOR  
Professor da Universidade Federal do Piauí  
E-mail: alexandrenaka@hotmail.com

#### Alexandre Rodrigues Santos

Doutor em Administração pela UFPB  
Administrador na Universidade Federal do Piauí  
E-mail: alexandre.adm@ufpi.edu.br

#### Júlio César da Silva

Mestrado em Administração Pública pelo PROFIAP/UFPI  
Especialista em Direito Constitucional pelo PROFIAP/UFPI  
E-mail: juliocesar.silvamj@gmail.com

#### Mateus Farias Moura

Mestrado em Administração Pública pelo PROFIAP/UFPI  
MBA em Finanças e Controladoria pelo PROFIAP/UFPI  
E-mail: mateusfariasmoura@yahoo.com

---

#### Endereço: Alexandre Rabêlo Neto

Universidade Federal do Piauí, Avenida Universitária –  
Ininga, 64049550 - Teresina, PI – Brasil

#### Endereço: Alexandre Rodrigues Santos

Universidade Federal do Piauí, Avenida Universitária –  
Ininga, 64049550 - Teresina, PI – Brasil

#### Endereço: Júlio César da Silva

Universidade Federal do Piauí, Avenida Universitária –  
Ininga, 64049550 - Teresina, PI – Brasil

#### Endereço: Mateus Farias Moura

Universidade Federal do Piauí, Avenida Universitária –  
Ininga, 64049550 - Teresina, PI – Brasil

#### Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 06/03/2024. Última versão  
recebida em 27/03/2024. Aprovado em 28/03/2024.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



## RESUMO

**Objetivo:** identificar as pesquisas em governança pública durante o período de 2019 a 2023 através de pesquisa nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*. **Metodologia:** trata-se de uma revisão sistemática de literatura, utilizando abordagem quantitativa. **Resultados:** evidenciou-se que, em relação à abordagem metodológica, observou-se uma certa equivalência entre os enfoques quantitativos e qualitativos, bem como entre os modelos teóricos e empíricos, e que apenas um trabalho tratou a governança pública sob o contexto da Covid-19. A produção científica relacionada à referida temática mostrou não refletir a diversidade dos estados brasileiros, haja vista que 65% dos trabalhos selecionados são oriundos de autores do eixo Rio de Janeiro e Paraná. Dos 20 (vinte) artigos pesquisados, os autores contemplam somente oito estados brasileiros. **Conclusões:** este artigo traz contribuições importantes no que tange à sistematização de uma literatura robusta e atualizada sobre o tema, o que pode servir de orientação para pesquisas futuras.

**Palavras-chave:** Governança. Governança Pública. Administração Pública.

## ABSTRACT

**Objective:** to identify research on public governance during the period from 2019 to 2023 through research in the Scopus and Web of Science databases. **Methodology:** this is a systematic literature review, using a quantitative approach. **Results:** it was evident that, in relation to the methodological approach, a certain equivalence was observed between quantitative and qualitative approaches, as well as between theoretical and empirical models, and that only one study dealt with public governance under the context of Covid-19. The scientific production related to the aforementioned theme did not reflect the diversity of Brazilian states, given that 65% of the selected works came from authors from the Rio de Janeiro and Paraná axis. Of the 20 (twenty) articles researched, the authors cover only eight Brazilian states. **Conclusions:** this article makes important contributions regarding the systematization of robust and updated literature on the topic, which can serve as guidance for future research.

**Keywords:** Governance. Public Governance. Public Administration.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da modernização do setor público, no período de 1990 a 2000, a Administração Pública passou a ser considerada mais empresarial e gerencial. Por meio de mecanismos de governança, houve na última década uma evolução significativa, que teve como consequência a substituição parcial da “antiga Administração Pública”, pela “nova gestão pública” e, atualmente, em uma perspectiva de “governança pública” (FREITAS *et al*, 2022).

No que se refere à dimensão conceitual, a expressão governança possui diversos significados, e é foco de várias abordagens teóricas. O termo é utilizado com frequência, de modo que problemas de governança passaram a ser um eufemismo para corrupção, fraude, incompetência ou desperdício (ROSE-ACKERMAN, 2017). Sendo assim, a governança pública visa dar maior retorno ao cidadão na execução de políticas públicas (Sales *et al*, 2020).

Outrossim, a governança pública é um ramo do conhecimento, dotado de característica interdisciplinar, com interesse particular nas relações de poder entre o tecido social, as instâncias governamentais e o mercado, em uma conjuntura de modificação nas práticas das autoridades políticas governarem e atuarem concretamente (LYNN; MALINOWSKA, 2018). Nesse aspecto, ela é organizada por instrumentos que auxiliam o amadurecimento de uma cultura gerencial, norteadas pelos preceitos da eficiência, transparência e prestação de contas aos usuários (PAINES *et al* 2018).

Ademais, a literatura sobre governança pública constitui um campo de investigação recente e cuja relevância cresceu de forma intensa, na última década. Contudo, cumpre mencionar que a maioria das pesquisas sobre modelo de governança pública permanecem em um nível conceitual mais amplo, às vezes superficial e com lacunas (MARTINS *et al*, 2019).

Nesse contexto, surge a seguinte problemática: **sob que olhar as pesquisas sobre “Governança Pública”, no Brasil, tem emergido nos últimos anos?** Com o intuito de responder a esse questionamento, o objeto deste trabalho foi identificar, por meio de uma revisão sistemática de literatura, nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, a produção científica brasileira relacionada ao tema em estudo, no período de 2019 a 2023. A escolha das bases deveu-se à sua relevância, o que colabora para que os resultados da pesquisa sejam precisos e confiáveis e tenham um impacto significativo na área de estudo.

Faz-se relevante destacar o avanço significativo nas discussões sobre governança aplicada ao setor público, sobretudo nos últimos anos (FREITAS *et al*, 2022). Desse modo, do ponto de vista prático, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de contribuir para a realização de estudos futuros que envolvem a governança pública, pois evidencia-se uma lacuna de pesquisa que o presente artigo pretende suprir. Não obstante, na perspectiva acadêmico/teórica, a importância deste estudo fundamenta-se pela sistematização de uma literatura empírica robusta sobre o tema. A estrutura do trabalho, além desta Introdução, apresenta um Referencial Teórico, a Metodologia, no qual se apresenta os caminhos utilizados para a realização da pesquisa, os Resultados e Discussão e, por último as Considerações Finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O modelo burocrático, inicialmente adotado nas Administrações, começou a evidenciar vicissitudes, notadamente no que tange à confiabilidade e à excelência no serviço público, ensejando a proposição de novos paradigmas, caracterizados por uma maior fluidez e diálogo com a sociedade, além da promessa de aprimoramento dos serviços estatais. Posteriormente, transcendendo esta concepção, emerge o modelo de governança, que parte da premissa de que o Estado não detém autonomia absoluta para solucionar os problemas sociais, demandando sua atuação como mediador na busca pela resolução destas questões. (RESENDE *et al*, 2024)

Trata-se, pois, da metamorfose do modelo de gestão pública, que evolui de um Estado Produtor/Autoritário para um Estado Regulador/Financiador, culminando no Estado Parceiro/Negociador que caracteriza o paradigma contemporâneo, comumente denominado de Nova Governança Pública, ou simplesmente, Governança. Neste contexto, são concebidas noções como eficiência, bem como sua conciliação com valores como justiça social e proteção dos direitos humanos, juntamente com um forte enfoque na cultura organizacional, evidenciando-se um interesse substancial na gestão da mudança e da inovação (MAIA; CORREIA, 2022).

Governança pública refere-se ao conjunto de processos, estruturas, políticas e práticas por meio dos quais as instituições governamentais são direcionadas, monitoradas e responsabilizadas e envolve a maneira como o governo é organizado, como as políticas são formuladas e implementadas, e como os recursos são gerenciados para promover o bem-estar da sociedade e alcançar objetivos públicos (OSBORNE, 2010).

Em resumo, a governança pública diz respeito à eficácia, transparência, responsabilidade e participação no governo, visando garantir que as políticas públicas sejam eficientes, justas e capazes de atender às necessidades e demandas da população. A temática da governança pública tem ganhado destaque em um contexto no qual os gestores enfrentam desafios em suas abordagens para promover o bem-estar da comunidade, através do crescimento econômico, da competitividade e da eficácia dos mercados internos. (RESENDE *et al*, 2024)

Nesse sentido, para entender o funcionamento da governança no século XXI, é crucial desvincular-se de modelos ou paradigmas e direcionar-se às tendências da administração pública. Além disso, a governança vem sendo discutida gradualmente na literatura, revelando preocupações mais amplas com a governança de sistemas complexos, onde a prioridade é a entrega de serviços públicos aos cidadãos (RHODES, 2016).

Reinaldo e Pinto (2023) investigaram a inovação social no âmbito da gestão pública, com foco em soluções para problemas sociais e melhoria da qualidade de vida da comunidade. Eles enfatizaram a necessidade de desenvolvimento social com a participação de diversos atores, visando promover a inclusão social e gerar mudanças significativas para promover o valor social na ação pública.

### 3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, valendo-se da abordagem quantitativa. De acordo com Galvão e Ricarte (2019), é uma modalidade de pesquisa que segue protocolos específicos e tem por finalidade compreender e fornecer uma lógica documental, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, explicitando as bases de dados bibliográficos que foram consultadas.

Por meio do acesso CAFe, disponibilizado no site da Plataforma CAPES, realizou-se pesquisa na lista de bases e coleções, nas seguintes bases de dados: *Scopus* e *Web of Science* e os operadores booleanos utilizados foram: Governança *OR* Governança *AND* Pública e a pesquisa foi realizada em 06 de dezembro de 2023.

Nessa fase, foram selecionados apenas os trabalhos publicados entre 2019 e 2023, de acordo com o objetivo do artigo. Monografias, teses e dissertações foram desconsideradas. Por se tratar de uma pesquisa que busca informações do Brasil, os artigos estrangeiros foram desconsiderados e os termos correspondentes em inglês não foram pesquisados nas bases.

Desses, quando utilizados os filtros: área de estudo (*subject area*), filtrando para as áreas: *business, management and accounting* e *social sciences*, restaram 43 artigos.

Por fim, após leitura dos artigos, foram selecionados aqueles com maior afinidade com o tema da pesquisa, totalizando 20 artigos. Os critérios de seleção estão demonstrados em um fluxograma (Figura 01) e a síntese dos 20 (vinte) artigos selecionados foi apresentada no Quadro 01. Dessa maneira, esta revisão buscou sistematizar a literatura que versa sobre a governança pública, no Brasil, no período de 2019 a 2023.

**Figura 01 – Seleção dos artigos para revisão.**



#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos resultados, o Quadro 01 sumariza, por meio do Título, Objetivo Principais Resultados, o que foi encontrado sobre o tema, tendo como base os artigos científicos, selecionados para esta revisão.

**Quadro 01 – Caracterização do conteúdo dos artigos pesquisados.**

<b>Título/Autores</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Principais resultados</b>
<p>1. Boas práticas de governança pública e corporativa: fomento de uma governança nacional brasileira.</p> <p>MEFFE, Corinto; MARCHISOTTI, Gustavo Guimarães; FILHO, José Rodrigues de Farias. (2023)</p>	<p>Comparar a Lei das Estatais e o Decreto da Política de Governança com as boas práticas propostas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, em busca de pontos de (não) interseção entre estes artefatos, que possibilitem a discussão e o fomento de uma governança nacional brasileira.</p>	<p>I. Faz-se oportuno demonstrar como a mesma boa prática tem seu tratamento diferenciado na dimensão da governança pública e privada, mantendo, entretanto, uma mesma essência. II. Ao apresentar essas interseções entre a governança pública e corporativa, com base na legislação vigente, é essencial reforçar 1) que nem todas as práticas poderão alcançar a interseção de fato; 2) que algumas aproximações deverão ser adaptadas ou abstraídas; e, por fim, 3) que outras poderão dispor de enlacs efetivos. III. As interseções acima descritas apontam com nitidez três abordagens diferentes para o desenvolvimento das boas práticas: 1) aquelas com histórico de progresso acumulado na própria administração pública, como a transparência; 2) o grupo que evoluiu com o avanço da própria governança, como a integridade e 3) o grupo que incorporou boas práticas do setor privado, a gestão de riscos. Essas três abordagens influenciam na maturidade do setor público.</p>
<p>2. Avaliação de políticas públicas e interoperabilidade na perspectiva da governança pública digital.</p> <p>TAVARES, André Afonso; BITENCOURT, Caroline Müller. (2022)</p>	<p>Compreender os aspectos da interoperabilidade que poderiam contribuir no processo de avaliação de políticas públicas, uma vez que otimizam a tomada de decisões perfazendo um caminho mais seguro para atuação pública e realização dos compromissos constitucionais pela via das políticas públicas.</p>	<p>I. No caso brasileiro, a interoperabilidade no setor público passou a ser mais bem detalhada, no âmbito da sua dimensão legal, tão somente a partir da Lei n. 14.129, de 29 de março de 2021, chamada Lei de Governo Digital. II. O desafio da implementação dessa interoperabilidade envolve diferentes aspectos, tais como investimento em infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, em treinamento de pessoal e de cultura organizacional. III. O agir interoperável amplia exponencialmente a aplicação de técnicas em programação e utilização de tecnologias mais avançadas, de forma a permitir avaliações mais dinâmicas, integradas e tempestivas, e, assim, apoiar os gestores públicos na missão de cumprir os objetivos constitucionais.</p>
<p>3. Governança corporativa e conexões políticas nas práticas anticorrupção.</p> <p>KOPROWSKI, Sirlene; KREIN, Viviane; MAZZIONI, Sady; MAGRO, Cristian Baú Dal. (2021)</p>	<p>Analisar se mecanismos específicos de governança corporativa e as conexões políticas influenciam a evidenciação voluntária de práticas anticorrupção em empresas listadas na [B]3.</p>	<p>Os resultados indicaram que o tamanho e o percentual de membros externos no Conselho de Administração (CA), auditoria big four, tamanho do comitê de auditoria e a participação acionária do governo influenciaram positivamente os níveis de evidenciação de práticas anticorrupção. Por sua vez, a presença de políticos no CA conduz para aumento da assimetria informacional ao revelar menor nível de divulgação, que, na sua extensão, representa menor compromisso com as práticas anticorrupção.</p>
<p>4. Influência do controle interno na efetividade da governança pública nos municípios paranaenses.</p> <p>KINZLER, Édina Carine de Souza; MELLO, Gilmar Ribeiro (2023)</p>	<p>Verificar se o controle interno dos municípios paranaenses é efetivo na promoção de governança pública municipal.</p>	<p>Os resultados apresentaram que o controle interno exerce certa influência sobre a governança dos municípios da amostra.</p>

5. Economia compartilhada e governança pública. Identificar os aplicativos de compartilhamento que surgiram nas últimas décadas e o modo como estão contribuindo para a melhoria da gestão pública local. GIOVANINI, Adilson (2020) A regressão estimada mostra que o emprego das novas tecnologias de comunicação contribui para a melhoria no desempenho fiscal dos municípios. Contudo, essas tecnologias são pouco utilizadas, sendo necessárias iniciativas que estimulem a utilização de aplicativos de compartilhamento nas gestões públicas locais.
6. Administração pública e governança: uma discussão teórica. Discutir conceitos e definições de administração pública, governança, suas bases teóricas e aplicabilidade no setor público. DE FREITAS, Verivaldo Alves; DA SILVA, Francisco Edson Rodrigues (2022) Como resultado, este artigo apresenta uma contribuição teórica instigando novos estudos sobre o tema no Brasil, destacando a necessidade de avanço no campo acadêmico, principalmente por meio de pesquisas empíricas na esfera municipal.
7. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. Verificar a influência de práticas de governança pública na eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros, a partir da perspectiva da nova governança pública (*new public governance* — NPG). SANTOS, Rodolfo Rocha dos; ROVER, Suliani (2019) Verificou-se a influência de variáveis tidas como princípios de governança pública: transparência/accountability, participação, integridade/ética, conformidade legal, equidade e efetividade. Como conclusão, este artigo mostra que práticas de governança pública influenciam a eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros.
8. Governança corporativa: fator preponderante no ativismo de acionistas no Brasil. Verificar a relação entre o ativismo de acionistas e os elementos de governança corporativa e desempenho financeiro das empresas brasileiras selecionadas, articulando a teoria da agência e o conceito *voice* da teoria *exit, voice, and loyalty*. COLLARES, Marta Leite (2020) Resultados inconclusivos foram obtidos para variáveis de desempenho. Testes de robustez indicaram melhor capacidade explicativa para observações de ativismo em empresas posicionadas nos últimos 20% mais altos do índice. Foram encontradas evidências significativas de relação entre ativismo e governança, o que não ocorre de forma conclusiva com relação a desempenho, revelando o predomínio da primeira variável.
9. Transparência democrática na governança pública: o direito à informação e as tensões jurídicas na covid-19. Analisar se o comportamento da Administração Pública durante a crise do coronavírus tem atendido às diretrizes legais sobre transparência na governança pública. Subsidiariamente, discutem-se a evolução do direito à informação no Brasil e a importância da transparência nos regimes democráticos. DE ANDRADE, Otávio Morato (2020) Durante a crise do Covid-19, o governo federal não tem prestigiado, em sua plenitude, o direito de acesso à informação garantido pelo ordenamento jurídico. Neste sentido, a estratégia de comunicação e de gestão da informação dos órgãos federais durante a Covid-19 precisa ser revista, uma vez que, além de poder configurar ilícito administrativo, a falta de transparência enfraquece a capacidade da sociedade de avaliar as políticas públicas, fiscalizar os agentes governamentais e reivindicar seus direitos.
10. Governança pública dos municípios brasileiros. Analisar a governança pública dos municípios brasileiros, investigando os municípios de grande e pequeno porte. AQUINO, Cíntia Vanessa Monteiro Germano; DA SILVA, Clayton Robson Moreira; VASCONCELOS, Lucas Rios Souza; CASTELO, Joelma Leite. (2021) Os resultados evidenciaram que a maior parte dos municípios analisados apresentam elevado grau de governança pública. Ainda, verificou-se que, de forma geral, os municípios de grande porte apresentaram governança pública superior aos municípios de pequeno porte. Além disso, evidenciou-se que os municípios da Região Sul se destacaram quanto ao grau de governança, quando comparados com os municípios das demais regiões.

- 11 A influência da contabilidade para a governança pública: uma análise nas universidades públicas federais. Analisar o impacto e a correlação entre a contabilidade e a governança pública das Universidades Públicas Federais. Como resultado obteve-se que a correlação existente entre as variáveis é positiva e forte e, também, que o índice de governança orçamentária explica 78,5% do índice de governança pública de maneira que o valor médio do índice Governança orçamentária aumenta 0,1550 pontos tendo em vista um crescimento médio de 1 ponto no índice Governança orçamentária.
- BOTELHO, José Rafael Pereira; CHAGAS, Milton Jarbas Rodrigues. (2023)
- 12 Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. Identificar e avaliar comparativamente iniciativas de definição e mensuração de governança pública. Os resultados indicam grande diversidade de conceitos de governança pública, de instrumentos utilizados para a sua mensuração e de atores institucionais que a exercem. Observou-se também dissonância entre os indicadores e os conceitos de governança pública
- BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho (2019)
- 13 Os caminhos da governança pública. Realizar um apanhado literário a respeito da Governança, com a perspectiva de se elaborar um painel histórico, conceitual, de elementos teóricos e destacar o itinerário que redundou na Governança Pública e na sua versão Eletrônica, para, dessa forma, qualificá-la adequadamente. Constatou-se que a constituição da Governança Pública, decorreu da alternância de modelos administrativos, da Administração Pública para a Nova Gestão Pública, e a partir de disfuncionalidades apontadas para esta última. Em um desdobramento da Governança Pública, a Governança Eletrônica incorpora fundamentos daquela, como o diálogo com a sociedade e o foco das ações governamentais no cidadão, e alia o uso de ferramentas eletrônicas de comunicação baseadas na internet para oferecer serviços com mais agilidade, transparência e eficiência, isso para parcelas maiores da população.
- JUNIOR, Eden do Carmo Soares; FERREIRA, Luciana Rodrigues; MORAIS, Káty Maria Nogueira; DA SILVA, João Ulisses Barata; NASCIMENTO, Anderson Lopes; DE OLIVEIRA, André Luiz Lustosa. (2022)
- 14 Administração pública brasileira atual: a coexistência do patrimonialismo, burocracia, gerencialismo e governança pública. Identificar as fases ou modelos de Administração Pública adotados no Brasil durante o decorrer de sua história, destacando as principais características de cada fase, possibilitando aferir se algumas características subsistem na contemporaneidade. O atual modelo de Administração Pública brasileira é resultado de um processo dinâmico de transformação, iniciado na colonização Portuguesa. Na década de 1990, uma nova reforma impõe o modelo gerencial, de essência neoliberal. Após 2014 o Brasil adota um modelo denominado governança pública. Comumente estes modelos são pensados como sucessivos, entretanto, não é o que ocorre, uma vez que as características de cada modelo continuam presentes e coexistindo.
- JUNIOR, José Mário Vipievski; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. (2023)
- 15 Maturidade de governança e criação de valor público em instituições públicas de ensino superior: o caso das universidades brasileiras. Analisar a relação entre o nível de governança e a geração de valor nas universidades federais (UFs) do Brasil para o ano de 2018. Foi encontrada uma relação positiva entre a eficiência e o nível de governança. A relação positiva encontrada mostrou a importância de fortalecer os mecanismos de governança pública nas instituições de ensino superior, reforçando seu compromisso com a produção de conhecimento e com a qualidade de suas ações, legitimando seu papel na sociedade.
- MACHADO, Daiane Pias; QUIRAQUE, Elcídio Henriques (2023)
- 16 Modelos de negócio na esfera pública: o modelo *canvas* de governança pública. Apresentar uma ontologia de governança pública, baseada em robusta literatura em modelos de negócios e em um conceito de governança pública estruturado, a fim de melhorar a compreensão, comunicação, inovação e mensuração nas. O conceito de modelo de negócio foi expandido e extrapolou suas origens no ambiente dos desenvolvedores de tecnologias da informação e comunicação. O termo se tornou uma ferramenta de gestão auxiliando organizações a criar e entregar valor a seus beneficiários por meio de produtos (bens e serviços) de forma sustentável. Concomitantemente, o tema de governança pública
- MARTINS, Humberto Falcão; MOTA, João Paulo; MARINI, Caio. (2019)

- iniciativas públicas
- se fortaleceu ao buscar solução aos problemas públicos complexos e focar na geração de valor aos destinatários das políticas públicas.
- 17 Transparência e governança pública nas assembleias legislativas: uma análise dos níveis de transparência e das variáveis socioeconômicas estaduais.
- ANALISAR OS RESULTADOS OBTIDOS PELA ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DE GOVERNANÇA PÚBLICA, DA TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL, E DISCUTIR EM QUE MEDIDA QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS SÃO CAPAZES DE EXPLICAR OS NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA DOS PARLAMENTOS ESTADUAIS BRASILEIROS, ESPECIFICAMENTE PIB, IDH E RENDA PER CAPITA
- Os achados da pesquisa indicam que a maior parte das casas legislativas estaduais brasileiras apresentam níveis de transparência medianos e baixos, e que apenas IDH pode ser um preditor para explicar esses resultados, ainda que não inteiramente.
- PINHO, Maria Dominguez Costa; DA COSTA, Gabriela; MARIOTO, Djiovanni Jonas França; DOS SANTOS, Ébida Rosa; FRANCE, Guilherme. (2023)
- 18 Mecanismos de governança, instituições societárias e burocracia estatal: reflexões sobre instituições societárias e porosidade governamental.
- ANALISAR A REPERCUSSÃO DESSES TEMAS EM AGENDAS E ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS DE GOVERNANÇA PÚBLICA E PARTICIPATIVA NO BRASIL COM ÊNFASE NOS CONFLITOS ENTRE GOVERNANTES, POLÍTICOS, FUNCIONÁRIOS, GRUPOS DE INTERESSES E COALIZÕES CIVIS EM DISPUTA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.
- O artigo assinala o caráter híbrido da democracia brasileira, em que o universalismo weberiano e a orientação às instituições de Estado de Bem-Estar que foram entrelaçados na matriz constitucional de 1988 operam em competição com duas outras lógicas – por um lado, a herança estamental da burocracia pública e, por outro, as iniciativas de governanças horizontais e participativas. As contradições dinâmicas entre esses quatro eixos definirão a competição pelo aparelho de Estado no contexto atual.
- RIBEIRO, José Mendes (2023)
- 19 Um ensaio sobre o desenvolvimento local desde a ativação social e a governança pública.
- PROPOR A REFLEXÃO SOBRE A GOVERNANÇA PÚBLICA E A ATIVAÇÃO SOCIAL COMO DIMENSÕES NECESSÁRIAS À PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.
- A literatura destaca a necessidade de inovação da governança pública, que requer a adoção de novas estratégias de mobilização da sociedade civil e ocupação de novos espaços vinculados ao processo de tomada de decisão. As dificuldades derivadas da articulação entre governança pública e participação social decorrem do processo histórico de conformação do Estado brasileiro e da apropriação da esfera pública pela sociedade civil, organizada ou não. Por fim, é importante buscar novos estudos e apropriações do que se produz em caráter teórico ou empírico nesse campo
- DE SANT'ANNA, Alessandra; NETO, Exzovildres Queiroz; MARCHI, Jamur Johnas (2020)
- 20 A governança pública como efetivação da força normativa da constituição para o estado empresário no Brasil.
- AVALIAR CRITICAMENTE AS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS REFERENTES À EXPLORAÇÃO DIRETA DA ATIVIDADE ECONÔMICA PELO ESTADO, ESPECIALMENTE QUANTO AO CARÁTER INERCIAL DA CRIAÇÃO E DA GESTÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS.
- FORAM OBSERVADAS DEFICIÊNCIAS NOS PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE ESTATAIS, COMO DIFICULDADES NA OBTENÇÃO DE DOCUMENTOS RELATIVOS À CONSTITUIÇÃO DAS ESTATAIS. VERIFICOU-SE QUE NÃO HÁ, NO ORDENAMENTO JURÍDICO E NAS PRÁTICAS E NOS COSTUMES ADMINISTRATIVOS, A PREVISÃO DE MECANISMOS VOLTADOS A ORDENAR A GESTÃO DO ESTADO EMPRESÁRIO.
- SILVA, Rafael Silveira e; BARBOSA, Bernardo Souza. (2023)

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Os artigos objeto deste trabalho tratam de governança em âmbito nacional. Em relação à abordagem metodológica, observou-se uma certa equivalência entre os enfoques quantitativos e qualitativos, bem como entre os modelos teóricos e empíricos. Assim sendo, é mister notar que a produção de conhecimento relativa ao tema ainda necessita de uma maior comprovação, para além de aspectos puramente teóricos.

Nesse sentido, é importante trazer à baila a perspectiva de Gesser *et al.*, 2021, quando afirmam que há uma escassez de pesquisas científicas sobre governança da gestão de universidades, o que demonstra a urgência do desenvolvimento de estudos que analisem a governança de universidades sob a ótica de diferentes atividades acadêmicas e administrativas, e que investiguem a relação entre a governança universitária e outros temas relevantes para a gestão universitária.

Pinho *et al* (2023) chamam a atenção, por exemplo, para a necessidade da continuidade de pesquisas relacionadas à governança no legislativo, por entendê-las como crucial para o aprimoramento das práticas legislativas e o fortalecimento da transparência pública no Poder Legislativo, permitindo que os cidadãos tenham maior acesso à informação e participação no processo político, especificamente no processo legislativo.

O estudo de Machado *et al* (2023), inovou entre as publicações da literatura por ser a primeira investigação de análise da relação entre nível de governança e valor público, essenciais para a gestão das instituições públicas, principalmente em um ambiente de austeridade fiscal.

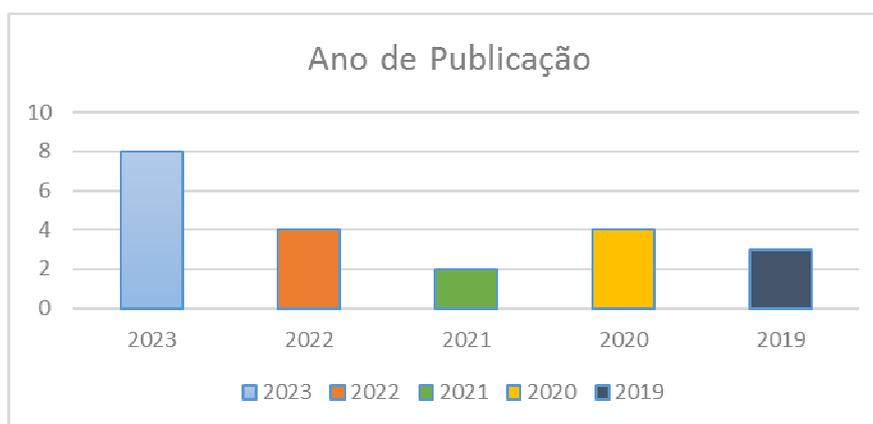
Ainda sobre a análise dos artigos escolhidos, é importante salientar que apenas um trabalho tratou a governança pública sob o contexto da Covid-19, o que demonstra a carência de produções científicas nessa área. Trata-se do trabalho de Andrade (2020), o qual pontuou que o Brasil viveu um dos cenários de contaminação mais preocupante, bem como assistiu à controvérsia sobre a divulgação dos dados relativos à pandemia, o acirramento das disputas políticas e as tensões jurídicas acerca da transparência na divulgação de informações.

No que concerne às considerações históricas sobre Governança Pública, o modelo teórico de Junior *et al* (2023) trazem ponderações pertinentes ao explicarem que o modelo gerencial e o modelo de governança podem ser percebidos pelas políticas de privatização, pela desregulamentação de determinadas áreas, em prol da satisfação da economia e do mercado, pela limitação de investimentos em serviços públicos, impostos pela Emenda do Teto de Gastos.

Nesse cenário, o fomento de uma governança nacional vai além de um modelo prescritivo *per si*, circunstanciando um cenário para reconsiderar próprio sistema de governo, tendo em vista um visível esgotamento da relação entre representantes e representados. Se existe uma perspectiva mais otimista da governança, que ela seja uma impulsionadora das evoluções do governo e da sociedade (MEFFE *et al*, 2023).

No que se refere ao ano de publicação, dos estudos selecionados, percebe-se um maior número de trabalhos no ano de 2023 (n=8), seguido de 2022 e 2020 (n=4), 2019 (n=3) e 2021 (n=2), como pode ser visto no gráfico abaixo (Gráfico 01):

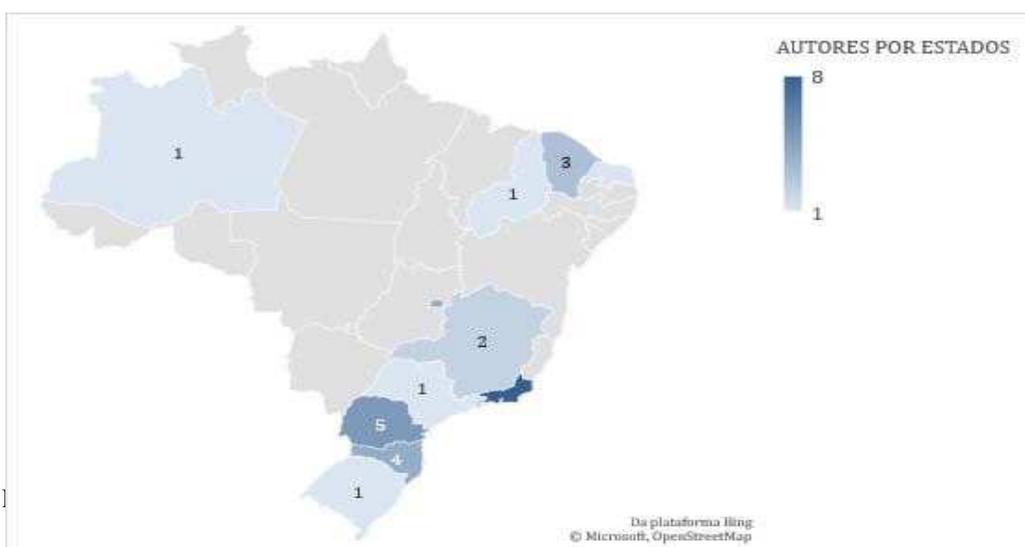
**Gráfico 01 - Ano de publicação dos artigos**



**Fonte:** elaborado pelos autores (2024).

A origem dos autores também foi considerada, observando-se na Figura 02 que a maioria é do Rio de Janeiro (n=8), seguido do Paraná (n=5), Distrito Federal (n=4), Santa Catarina (n=4), Ceará (n=3), Minas Gerais (n=2) e os estados do Rio Grande do Norte, Piauí, São Paulo, Amazonas e o Rio Grande do Sul (n=1). Desse modo, percebeu-se a concentração de pesquisas em determinados estados em detrimento de outros.

**Figura 02 - Autores por estados**



**Fonte:** elaborado pelos autores (2024).

Além disso, com o objetivo de auxiliar futuras agendas de pesquisas, este trabalhou mensurou a frequências das palavras utilizadas nos resumos, dos artigos selecionados, conforme se observa a seguir:

### Quadro 02 – Palavras mais usadas nos resumos

Ord.	Palavra/Resumo	Frequência
1	Pública	91
2	governança	74
3	Brasil	25
4	Município	17
5	administração	14
	Política	14
6	Gestão	13

**Fonte:** elaborada pelos autores, 2024

Ademais, com o objetivo de estabelecer um panorama das palavras-chave mais utilizadas, elas também foram quantificadas, como se pode verificar no Quadro 03. Para contar a frequência das palavras utilizadas nos resumos e palavras-chave, recorreu-se à biblioteca Python NLTK (BIRD *et al*, 2009). O primeiro passo para a criação do conjunto de dados foi coletar os resumos e palavras-chave dos artigos selecionados.

Na segunda etapa, foi feita a limpeza nos dados. Para isso foram removidas os caracteres de pontuação, as *stopwords* ( ou palavras de parada, em tradução livre do inglês, que são palavras de "ligação", que se repetem com bastante frequência, por exemplo “as”, “os”, “uns”, “de”, “para”, “com”, “por” ), além disso todas as palavras foram transformadas em minúsculas, uma vez que durante o processamento de linguagem natural, caracteres minúsculos e maiúsculos são entidades diferentes (por exemplo, Administração e administração são tokens diferentes).

### Quadro 03 – Palavras-chave mais utilizadas

Ord.	Palavras-chave	Frequência
1	Governança Pública	8
2	Administração Pública	3
3	Gestão Pública	3
4	Governança corporativa	3
5	Transparência	2
	Eficiência	2
	Governança	2
6	Avaliação de Políticas Públicas	2
	Governança Pública Digital	1

	Análise Corporativa	1
7	Vínculos Políticos	1
	Divulgação	1
	Combate à Corrupção	1
	Auditoria	1
	Controle Interno	1
	Efetividade	1
	Municípios do Paraná	1
	Economia Compartilhada	1

**Fonte:** elaborada pelos autores, 2024

A parte final do processo de limpeza dos dados foi o processo de lematização. Na lematização há a extração da lemma (palavra base) do termo, por exemplo, a palavra base de “aprendendo”, “aprendizado”, “aprendido” e aprendiz” é sempre “aprender”. esse processo foi usado para impedir que palavras plural fossem contadas separadamente (YOGISH *et al*, 2019). Insta destacar que para evitar que os quadros II e III ficassem extensos, foram incluídas apenas as palavras que mantêm uma relação direta e relevante com o tema proposto nesta pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo trouxe uma espécie de mapeamento da pesquisa relacionada à Governança Pública no Brasil, contribuindo, em termos teóricos, com a sistematização de uma literatura potente sobre o tema. Dessa forma, notou-se que o interesse pela temática vem crescendo bastante, nos últimos cinco anos, e notadamente no ano de 2023, o que confirmou a existência e o desenvolvimento de uma produção científica cada vez mais atualizada sobre o assunto.

Por outro lado, a curiosidade pelo tema revelou não contemplar a diversidade dos estados brasileiros, tendo em vista que 65% dos trabalhos selecionados são oriundos de autores do eixo Rio de Janeiro e Paraná. Dos 20 (vinte) artigos pesquisados, os autores contemplam apenas oito estados brasileiros. Destarte, estudos futuros devem buscar refletir também o olhar dos mais diversos pesquisadores brasileiros, proporcionando a construção de um arcabouço científico diversificado.

Além disso, é relevante que sejam desenvolvidas produções científicas futuras voltadas para o estudo da aplicabilidade da governança pública, nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta. O enfoque em pesquisas empíricas, abordagens com

grupos focais, perspectivas dos servidores, servidoras públicas e cidadãos em geral sobre o cenário pós-covid são outros pontos que também devem ser considerados.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, algumas limitações foram observadas, tais como a quantidade de artigos selecionados e a utilização apenas de duas bases de dados: *Scopus* e *Web of Science*. À vista disso, sugere-se que pesquisas ulteriores sejam beneficiadas por outras bases de dados

## REFERÊNCIAS

AQUINO, C. V. M. G. *et al.* **Governança pública dos municípios brasileiros**. *Gestão & Regionalidade*. São Caetano do Sul, v. 37, n.110, p. 203-220, 2021. DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol37n110.6542>. Acesso em: 6 dez. 2023.

BIRD, S., KLEIN, E; LOPER, E., 2009. **Natural language processing with Python: analyzing text with the natural language toolkit**, " O'Reilly Media, Inc."

BOTELHO, J. R. P; CHAGAS, M. J. R. A influência da contabilidade para a governança pública: uma análise nas universidades públicas. **Revista ABCustos**. São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 24-54, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47179/abcustos.v18i3.723>. Acesso em: 6 dez. 2023.

BUTA, B. O.; TEIXEIRA, M. A. C. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Revista Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 27, n. 94, p. 370-395, 2019. DOI:10.1590/1984-9270941. Acesso em: 6 dez. 2023.

COLLARES, M. L. **Governança corporativa: fator preponderante no ativismo de acionistas no Brasil**. *Revista de Administração Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, p. 414-431, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190338>. Acesso em: 6 dez. 2023.

DE ANDRADE, O. M. **Transparência democrática na governança pública: o direito à informação e as tensões jurídicas na covid-19**. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, Boa Vista, v. 13, n. 3, p. 687-723, 2023. DOI 10.24979/ambiente. v1i1.823. Acesso em: 6 dez. 2023.

DE FREITAS, V. A; DA SILVA, F. E. R. Administração pública e governança: uma discussão teórica. **Revista Controle-Doutrina e Artigos**, v. 20, n. 1, p. 354-379, 2022. DOI: 10.32586/rcda.v20i1.751. Acesso em: 03 jan. 2024.

FREITAS, V. A; SILVA, F. E. R. Administração pública e governança: uma discussão teórica. **Revista Controle**. v. 20, n. 1, p. 354-379, 2022. DOI: 10.32586/rcda. v20i1.751. Acessoem: 6 dez. 2023.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Acesso em: 20 dez. 2023.

GESSER, G. A; MOREÍ, R. P. O; DE MELO, P. A. **O que se entende por governança universitária?**. IX Encontro de Administração Pública da ANPAD. 2022. Disponível em: [https://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/41bcfd9ab658ebaac1661f58\\_080aad6b.pdf](https://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/41bcfd9ab658ebaac1661f58_080aad6b.pdf). Acesso em: 03 jan. 2024.

GIOVANINI, A. Economia compartilhada e governança pública. **Revista de Administração Público**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1207-1238, 2020. DOI 10.1590/0034-761220190080. Acesso em: 6 dez. 2023.

JUNIOR, E. C. S. *et al.* **Os caminhos da governança pública.** *Research, Society and Development. Vargem Grande Paulista*, v. 11, n. 17, p. e04111739288, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i17.39288>. Acesso em: 6 dez. 2023.

JUNIOR, J. M. V; TOMPOROSKI, A. A. Administração pública brasileira atual: a coexistência do patrimonialismo, burocracia, gerencialismo e governança pública. **Revista Profanações**. v. 10, p. 501-532, 2023. DOI:10.24302/prof. v10.4726. Acesso em: 6 dez. 2023.

KINZLER, É. C. S; MELLO, G. R. Influência do controle interno na efetividade da Governança Pública nos municípios paranaenses. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. v. 22, p. 1-18, 2023. DOI 10.16930/2237-7662\_202333891. Acesso em: 6 dez. 2023.

KOPROWSKI, S *et al.* Governança corporativa e conexões políticas nas práticas anticorrupção. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 1-14, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020210202>. Acesso em: 6 dez. 2023.

LYNN, L. E. JR.; MALINOWSKA, A. How are patterns of public governance changing in the US and the EU? It's complicated. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 20, n. 1, p. 36-55, 2018. DOI:<https://doi.org/10.1080/13876988.2017.1413867>. Acesso em: 02 jan. 2024.

MAIA, T. S. V; CORREIA, P. M. A. R. **Desafios da Implementação da Nova Gestão Pública.** *Lex Humana*, n. 14, v. 2, pp. 121-138, set. 2022.

MEFFE, C; MARCHISOTTI, G. G; FILHO, J. R. F. Boas práticas de governança pública e corporativa: fomento de uma governança nacional brasileira. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**. v. 21, n. 1, p. 1-27, 2023. DOI 10.51359/1679-1827.2023.2504446. Acesso em: 6 dez. 2023.

MORAES, B. F; LUNARDI, F. C; CORREIA, P. M. A. R. Os centros de inteligência do poder judiciário e a nova governança pública: um estudo de caso. **Synesis**. v. 15, n. 1 p. 258-282, 2023. Acesso em: 03 jan 2024.

OSBORNE, S. P. **The New Public Governance?** Emerging Perspectives on the Theory and Practice of Public Governance. London: Routledge, 2010.

PAINES, A. T; DE AGUIAR, M. R. V; PINTO, N. G. M. A governança no setor público segundo a ifac: uma análise dos institutos federais da região sul do Brasil. **Nucleus – Revista Científica da Fundação Educacional de Ituverava**. Ituverava, v. 15, n. 1, p. 351- 366, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3738/1982.2278.2943>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PETER, M. G. A; MACHADO, M. V. V; DO NASCIMENTO, C. P. S. **Governança no setor público segundo a IFAC – estudo nas universidades federais brasileiras**. *Brazilian Journal of Business*. v. 2, n. 2, p. 1477-1495, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34140/bjbv2n2-040>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PINHO, M. D. C *et al.* Transparência e governança pública nas assembleias legislativas: uma análise dos níveis de transparência e das variáveis socioeconômicas estaduais. **Humanidades & Inovação**. v. 10, n. 9, p. 62-76, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9115>. Acesso em: 6 dez 2023.

REINALDO, C. M; PINTO, F. R. **Ecosistema de Inovação Social: uma revisão sistemática**. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, vol. 16, n. 48, 2023. Acesso em: 16 fev 2024.

RESENDE, N. S. M *et al.* O valor público no contexto da nova governança pública: uma análise bibliométrica. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 17, n. 49, p. 196–218, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10530845. Acesso em: 8 fev. 2024.

RIBEIRO, J. M. **Mecanismos de governança, instituições societárias e burocracia estatal: reflexões sobre instituições societárias e porosidade governamental**. *Saúde Debate*. v. 46, n. 4, p. 66-80, 2022. DOI:10.1590/0103-11042022E405. Acesso em: 6 dez 2023.

RHODES, R. A. W. **Recovering the Craft of Public Administration**. *Public Administration Review*, vol. 76, n. 4, 2016. Acesso em: 16 fev 2024.

ROSE-ACKERMAN, S. **What does “governance” mean?** *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*. v. 30, n. 1, p. 23-27, 2017. DOI:10.1111/gove.12212. Acesso em: 03 jan. 2024.

SALES, E. C. A. S *et al.* Governança no setor público segundo a IFAC–estudo nas Universidades Federais Brasileiras. **Brazilian Journal of Business**, v. 2, n. 2, p. 1477-1495, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/11505>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SANTOS, R. R.; ROVER, S. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 732-752, 2019. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180084>. Acesso em: 6 dez. 2023.

TAVARES, A. A; BITENCOURT, C. M. Avaliação de políticas públicas e interoperabilidade na perspectiva da governança pública digital. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**. v. 13, n. 3, p. 687–723, 2022. DOI: 10.7213/revdireconsoc.v13i3.30240. Acesso em: 6 dez. 2023

YOGISH, D; MANJUNATH, T. N.; HEGADI, R S. **Review on natural language processing trends and techniques using NLTK**. Communications in Computer and Information Science. Cingapura, v. 1037, 2018. DOI: [https://doi.org/10.1007/978-981-13-9187-3\\_53](https://doi.org/10.1007/978-981-13-9187-3_53). Acesso em: 02 jan. 2024

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

RABÊLO NETO, A; SANTOS, A. R; SILVA, J. C; MOURA, M. F. Um Panorama da Pesquisa em Governança Pública no Brasil. **Rev. FSA**, Teresina, v. 21, n. 6, art. 12, p. 213-230, jun. 2024.

Contribuição dos Autores	A. Rabêlo Neto	A. R. Santos	J. C. Silva	M. F. Moura
1) concepção e planejamento.			X	X
2) análise e interpretação dos dados.			X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.			X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X		